



Câmara Municipal de Curitiba

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada para emissão e fornecimento continuado de certificados digitais do tipo SSL Wildcard de validação completa da Organização (OV) para equipamentos servidores e serviços de rede para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Curitiba.

### **2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 2.1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o de Menor Preço.

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A aquisição de certificados digitais visa dar segurança e legitimidade de comunicação em todos os serviços e ferramentas online disponibilizadas e utilizadas pela Câmara Municipal de Curitiba. Sua utilização garante a criptografia de conexões entre serviços de rede internos, além de serviços externos com o público, e valida a Câmara como proprietária dos domínios proporcionando maior credibilidade.
- 3.2. Alguns dos serviços em que é necessária a manutenção da comunicação segura incluem: SPL, SPAe, Correio Eletrônico, Portal Web e nuvem de arquivos. Desta forma, a aquisição faz-se indispensável e fundamental para a manutenção da segurança da informação desta casa.
- 3.3. O certificado em utilização hoje pela Câmara Municipal de Curitiba expira em 01 de maio de 2023.

### **4. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

- 4.1. Dispensou-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar devido a baixa complexidade da contratação, bem como o valor do item enquadrar-se na hipótese de dispensa de licitação, sendo facultado ao caso a elaboração do documento.

### **5. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

- 5.1. A presente contratação ampara-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

*Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021: É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso*



Câmara Municipal de Curitiba

*de outros serviços e compras.*

- 5.2. Desse modo, tendo em vista a possibilidade de incidência da contratação direta ao caso em questão, resultando em uma contratação mais célere e vantajosa à Administração, respeitadas a ampla competitividade e a isonomia na pesquisa de preços, compreende-se pela aplicação do art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC**

- 6.1. Bens e serviços que compõem a solução de TIC:

Item	Descrição	Quantidade
1	Certificado Digital SSL Wildcard OV	1

Tabela 1: Descrição do serviço

- 6.2. O serviço relacionado na Tabela 1 refere-se ao fornecimento de certificados digitais SSL Wildcard, que permite o acesso seguro a um número ilimitado de subdomínios, incluído o fornecimento de suporte técnico remoto para instalação, ativação e manutenção.
- 6.3. O certificado digital será destinado para o domínio **cmc.pr.gov.br** e todos os seus subdomínios, e a validação da Organização.
- 6.4. Considerando a validade máxima de 1 ano dos certificados digitais, o caráter continuado do serviço e para que seja possível obter as melhores condições comerciais para o certificado digital demandado, o formato de fornecimento será de renovação anual do certificado pelo período de 5 anos.
- 6.5. O suporte técnico abarcado pelos Certificados Digitais SSL Wildcard, compreenderá:
- 6.5.1. Atendimento (8x5) remoto, por telefone (em português) e/ou por e-mail.
- 6.5.2. Disponibilização de página na internet para ativação, manutenção, emissão ou substituição do certificado durante a validade da sua emissão.
- 6.5.3. Disponibilização, em regime 24x7, de página na internet para download do certificado assinado.

## **7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

- 7.1. Ser baseado em Secure Sockets Layer/Transport Layer Security (SSL/TLS);
- 7.2. Ser compatível com SSL nas versões SSLv2 e SSLv3, TLS na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;
- 7.3. Permitir chaves RSA de 2048 e 4096 bits;
- 7.4. Permitir criptografia de 256 bits (SHA-256);



Câmara Municipal de Curitiba

- 7.5. Permitir o uso de ilimitados subdomínios de um domínio principal (em um nível), sem custo adicional;
- 7.6. Permitir a comunicação segura nos navegadores (browsers) mais conhecidos do mercado (Google Chrome, Microsoft Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Safari) que suportem certificados digitais dos principais sistemas operacionais (Windows, Linux, macOS, Android e iOS);
- 7.7. Ter reconhecimento internacional;
- 7.8. Não deverá ser necessária a instalação de cadeias intermediárias pelo cliente;
- 7.9. Período de validade do certificado deve ser de 5 anos, com validação e reemissão anual do certificado até completar a validade de 5 anos, sem custo adicional;
- 7.10. Possuir processo de validação único e simplificado. A Contratante receberá os privilégios de emissão e revogação dos certificados para Servidores Web a qualquer hora do dia ou da noite. Não serão necessários passos adicionais de validação de identidade;
- 7.11. Incluir prestação de suporte remoto via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro;
- 7.12. Os certificados deverão possuir disponibilidade de reemissão por todo o período de validade sem custo adicional;
- 7.13. A Contratada deve disponibilizar, em regime 24x7, ferramenta na web para validação do certificado assinado, checagem da instalação correta do certificado e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;
- 7.14. O serviço de emissão deve funcionar em regime 24x7 e suporte na língua portuguesa.

## **8. CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA**

- 8.1. A Contratada, por ocasião da entrega, deverá apresentar nota fiscal, na qual conste: especificação completa do(s) objeto(s), quantidade, preço unitário e valor total.
  - 8.1.1. Não será aceito outro documento para a entrega (recibo de pedido).
- 8.2. Os procedimentos a serem adotados para emissão dos certificados, vouchers (caso necessários), bem como o telefone de contato para suporte ao procedimento e cópia da(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser enviados por e-mail para:
  - 8.2.1. **admin@cmc.pr.gov.br**
  - 8.2.2. **dtic@cmc.pr.gov.br**
  - 8.2.3. **dtic.contratos@cmc.pr.gov.br**
- 8.3. Todo e qualquer serviço a ser demandado, somente será executado pela Contratada mediante solicitação formal emitida pelo Gestor e/ou Fiscal da Contratação;
- 8.4. A Contratada não poderá recusar a execução de nenhum serviço,



Câmara Municipal de Curitiba

porém, poderá questionar e solicitar adequações na demanda, desde que aderentes aos itens previstos neste Termo de Referência, para garantir a qualidade das entregas;

- 8.4.1. A Contratada, caso necessário, terá o prazo de 1 dia útil, após a solicitação de serviço, para questionar ou solicitar adequações junto ao Contratante;
- 8.5. Os artefatos e produtos gerados em cada item contratado deverão atender a critérios de qualidade necessários para sua validação e aceitação, definidos neste Termo de Referência e nos procedimentos de padrões, metodologias e processos de trabalho da Contratante;
- 8.6. A Contratada estará apta a receber o arquivo CSR para emissão do certificado em até 2 dias úteis após a data de assinatura da autorização de fornecimento do objeto deste termo de referência;
  - 8.6.1. A solicitação de emissão do certificado digital e envio do arquivo CSR poderá ocorrer em qualquer data após este prazo;
- 8.7. O prazo de emissão dos certificados será de até 3 dias úteis após o envio do arquivo CSR;
- 8.8. Atrasos injustificados na entrega estarão sujeitos à sanções na forma da legislação vigente sobre o valor dos itens em atraso;
- 8.9. Na hipótese dos atrasos no recebimento do arquivo CSR ou na emissão dos certificados perdurarem por prazo superior a novos 3 dias consecutivos, a Contratante se reserva ao direito de rescindir todas as obrigações e de obter o material de outro fornecedor, independente das demais sanções cabíveis.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 9.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por:

Fiscal Administrativo	Aquio Umeo	Matrícula 2296
Fiscal Técnico	Bruno Silva de Oliveira	Matrícula 2246
Técnico Suplente	Ewerton Cesário Peres	Matrícula 2129

- 9.2. Aos fiscais incumbirá acompanhar a execução dos serviços, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da contratação;
- 9.3. A Contratante verificará a adequação dos procedimentos utilizados pela Contratada em relação às exigências da legislação que regulamente ou que venha a regulamentar o objeto deste Termo de Referência;
- 9.4. A Contratante, por intermédio de seu fiscal designado, ficará responsável para acompanhar/fiscalizar a execução dos serviços, e registrará em relatório todas as ocorrências verificadas e determinará as providências necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, conforme dispõe o § 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/21;



Câmara Municipal de Curitiba

- 9.5. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar o objeto entregue, se em desacordo com as normas técnicas ou com os termos deste Instrumento;
- 9.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela Contratada;
- 9.7. A fiscalização será exercida no interesse da Câmara Municipal de Curitiba e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- 9.8. A Contratante efetuará o recebimento do objeto contratado, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contratado;
- 9.9. Em caso de rejeição total ou parcial do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, sujeita-se à Contratada a aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 9.10. Recebimento Provisório:
  - 9.10.1. O recebimento provisório do objeto ocorrerá no momento de validação e entrega do certificado digital, com o prazo de 5 dias úteis para verificação de conformidade aos requisitos exigidos neste Termo de Referência, contados da entrega do objeto.
  - 9.10.2. O recebimento provisório caberá ao fiscal técnico especialmente designado para acompanhamento e fiscalização da contratação decorrente desta proposição.
- 9.11. Recebimento Definitivo:
  - 9.11.1. Será declarado o recebimento definitivo após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, qualitativa e quantitativamente, devidamente atestado pela fiscalização, constando o atendimento às condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  - 9.11.2. Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, os mesmos serão informados à Contratada, que deverá providenciar as correções cabíveis;
  - 9.11.3. O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a Contratante apontar a ocorrência por escrito, detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas;
  - 9.11.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada com relação ao funcionamento e configurações divergentes do especificado, durante todo o seu período de garantia;
    - 9.11.4.1. O certificado deverá possuir garantia durante todo o seu período de validade.
  - 9.11.5. O recebimento definitivo é condição indispensável para efetuar o pagamento.



Câmara Municipal de Curitiba

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;
- 10.2. Disponibilizar o acesso às instalações físicas da Câmara Municipal de Curitiba, quando necessário, para o pessoal designado;
- 10.3. Indicar seu representante junto à Contratada, ao qual caberá a fiscalização dos serviços;
- 10.4. A equipe da Contratante responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação será composta pelo Gestor da contratação, Fiscais Técnico e Administrativo formalmente designados;
- 10.5. A Contratante obriga-se a acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto, por meio de Equipe de Gerenciamento devidamente designada;
- 10.6. A Contratante obriga-se a proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir as obrigações assumidas no contrato;
- 10.7. A Contratante obriga-se a comunicar à Contratada das imperfeições detectadas no objeto e solicitar que os reparos sejam realizados no prazo de até 03 (três) dias úteis após a identificação das imperfeições.
- 10.8. Verificar se durante a vigência da contratação estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;
- 10.9. Atestar a efetiva execução e qualidade do objeto deste Termo de Referência;
- 10.10. Prestar à Contratada as informações eventualmente necessárias para a execução dos serviços;
- 10.11. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas;
- 10.12. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 10.13. Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas neste termo e na legislação vigente.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. A Contratada deverá prestar o serviço com observância das especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- 11.3. Responsabilizar-se por encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 11.4. Tratar todas as informações fornecidas pela Contratante quando da



Câmara Municipal de Curitiba

execução do objeto como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo de informações e documentos, que tenham conhecimento em razão da execução da contratação;

- 11.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.6. A Contratada deverá entregar o objeto no prazo estabelecido neste termo de referência;
- 11.7. A Contratada deverá comunicar, por escrito, imediatamente, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação assumida, para adoção das providências cabíveis;
- 11.8. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 11.9. A Contratada deverá manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 11.10. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da contratação, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas;
- 11.11. A Contratada deverá trocar os produtos que não estiverem de acordo, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento da notificação pelo Fiscal;
- 11.12. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução da contratação, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 11.13. Facilitar o acompanhamento e a fiscalização da Contratante sobre a execução dos serviços;
- 11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da contratação;
- 11.15. Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

## **12. PAGAMENTO**

- 12.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da apresentação à Contratante da nota fiscal/fatura discriminativa contendo o detalhamento dos produtos e, se for o caso, dos materiais empregados, do número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da Contratada e a descrição clara e sucinta do objeto.





Câmara Municipal de Curitiba

- 12.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Caso a Contratada seja regularmente optante pelo Simples Nacional não se procederá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.3. A Contratante se reserva o direito de descontar o valor da(s) multa(s) aplicada(s) quando do pagamento da fatura emitida pela Contratada e/ou proceder a execução direta do débito.
- 12.4. O pagamento está condicionado à apresentação, mediante envio da documentação para abertura do processo de pagamento diretamente ao fiscal da contratação e seu suplente, por meio de correspondência eletrônica ou outra forma convencionada entre as partes, mencionando os serviços e o valor a ser pago, acompanhado dos documentos abaixo relacionados:
  - 12.4.1. Nota Fiscal/Fatura (original), emitida em nome da Câmara;
  - 12.4.2. Fatura discriminativa (original);
  - 12.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa;
  - 12.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
  - 12.4.5. Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - 12.4.6. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
  - 12.4.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
  - 12.4.8. Extrato de Optante pelo Simples Nacional, se for o caso.
- 12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.
  - 12.5.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.6. Na hipótese de irregularidade das certidões relacionadas nos itens 12.4.3, 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6 ou 12.4.7, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções administrativas e eventual rescisão do contrato.
- 12.7. O pagamento efetuado pelo Contratante não isenta a Contratada de suas obrigações e responsabilidade.
- 12.8. O pagamento somente será autorizado após a emissão de Atesto de Recebimento pelo servidor competente e verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação ao objeto efetivamente fornecido.
- 12.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





Câmara Municipal de Curitiba

- 12.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### 13. SANÇÕES

- 13.1. Pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos, a Contratada estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, após regular apuração, mediante processo administrativo:

13.1.1. Multa compensatória de até 10% (dez por cento), a ser calculada sobre o valor total da contratação, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação por parte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas;

13.1.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso não justificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, contada desde o primeiro dia do atraso na execução de qualquer prazo previsto no Termo de Referência ou instrumento contratual, a ser calculada sobre o valor total atualizado da contratação, até o limite de 10% (dez por cento);

13.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme determina o inciso I do artigo 137, da Lei nº 14.133/21;

13.1.4. Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

13.1.5. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Curitiba, por até dois anos;

13.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos;

- 13.2. A critério da Administração poderão ser suspensas penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado por escrito pela Contratada e aceito pela Câmara Municipal de Curitiba;

- 13.3. O valor das multas será deduzido da importância a ser paga à



Câmara Municipal de Curitiba

- Contratada;
- 13.4. As multas poderão ser aplicadas em cumulação às penas de advertência, impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Curitiba ou declaração de inidoneidade;
- 13.5. Da decisão caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do ato;
- 13.6. Resta afastada a aplicação de qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito ou força maior, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução.

Curitiba, 16 de dezembro de 2022.

**FLAVIA FRYSZMAN**

Setor de Planejamento e Desenvolvimento  
de Projetos/ DAF

**VANESSA R. DE OLIVEIRA LIMA**

Setor de Planejamento e Desenvolvimento  
de Projetos

**BRUNO SILVA DE OLIVEIRA**

Divisão de Arquitetura de Serviços